

**Resumo:** Este texto procura esboçar em linhas gerais o modo como a Igreja Católica vem organizando sua ação pastoral no sentido de responder aos desafios cada vez mais complexos apresentados pelo fenômeno da mobilidade humana. Na sua primeira parte, a partir de um breve levantamento histórico, apresenta o modo como o cuidado pastoral pelas pessoas em mobilidade vem se estruturando, tendo um olhar particular para a realidade da Igreja no Brasil. Num segundo momento, procura-se levantar alguns pontos de reflexão sobre suas implicações para o modo de ser e agir da Igreja, reunidos nestes tópicos: a ação política, a questão da inculturação e da flexibilidade dos modelos eclesiais, a atual dimensão da catolicidade da Igreja.

**Palavras chaves:** mobilidade humana; pastoral do migrante; migração.

**Abstract:** This paper want to outline the general traces of the way that the Catholic Church has organized his pastoral action for responding the complex challenges presented by the phenomenon of the human mobility. In the first section, starting by a brief historic, it is presented how the pastoral work for the persons in mobility has been structured in the Church, with a special view about the reality of the Brazilian Church. In the second section, the paper want to discuss some points to consider about the implications to the way of being or acting of the Church. These are the themes: the policy action; the inculturation issue and the flexibility of ecclesial models; the actual dimension of the Church's catholicity.

**Key-words:** human mobility; pastoral of migrants. Migration.

## **Igreja e mobilidade humana** **(exigências, desafios, dimensão do ser** **e agir eclesial)**

*Sidnei Marco Dornelas CS\**

---

\* Pe. Sidnei Marco Dornelas CS, é assessor do Setor Pastorais da Mobilidade Humana e da Missão Continental, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



## Introdução

Correntemente ouvimos dizer que a mobilidade humana faz parte da história do homem desde os seus primórdios. De fato, nas origens do povo de Israel, por exemplo, como narrado nos livros do Pentateuco, vemos como um povo nômade conquista a sua terra, ao longo dos séculos, e vai alcançando com grandes dificuldades uma estabilidade que nunca será definitiva. É a história de um povo em permanente deslocamento, como o demonstram também a fase do exílio babilônico e a diáspora das comunidades judaicas por todo o mundo greco-romano. Da mesma forma, a memória de tantos outros povos, e mesmo a história posterior da Europa e de sua expansão colonizatória em outros continentes, está toda marcada por processos de deslocamento e desenraizamento. No entanto, foi apenas com o surgimento da modernidade, que a mobilidade humana ganhou os contornos de verdadeira problemática social. Com efeito, é significativo que a emergência das migrações no mundo capitalista coincida com o surgimento da questão operária. Na verdade, na gênese do operariado do século XIX, assim como das grandes migrações para as Américas, está a revolução industrial e a expansão do capitalismo. Não menos significativo é o fato de que as primeiras obras de evangelização dos migrantes pela Igreja na Europa e no então Novo Mundo sejam contemporâneas da *Rerum Novarum* (1891) e das primeiras formulações da Doutrina Social da Igreja. A partir dessa época toma forma toda uma tradição de pensamento e ação pastoral voltada para as pessoas e grupos atingidos ou envolvidos pela mobilidade humana. Nela sempre se buscou dar uma resposta atual aos desafios que a mobilidade dos povos tem colocado à Igreja num mundo em constante transformação. Nossa intenção neste texto é esboçar em linhas gerais o modo como se organiza atualmente a ação pastoral na Igreja, na tentativa de responder aos desafios cada vez mais complexos apresentados pelo fenômeno da mobilidade humana, tendo um olhar particular para a realidade da Igreja no Brasil. Num segundo momento, procuraremos levantar alguns pontos de reflexão sobre suas implicações para o modo de ser e agir da Igreja.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A reflexão aqui contida traz elementos antes trabalhados em DORNELAS (2006; 2008).



## Mobilidade humana e a estruturação da ação pastoral

Uma das características do desenvolvimento capitalista atual é a busca de flexibilizar a circulação de bens, serviços e capitais. O termo “globalização” é veiculado para designar esse movimento contínuo e crescente, facilitado pelos avanços tecnológicos na área dos transportes e da informática. Idealiza-se um mundo em que as fronteiras são relativizadas, assim como o poder do Estado, das instituições e das ideologias, de maneira que tudo seja abarcado por um “mercado” livre de restrições. Nele, cada pessoa poderia escolher, não importa em que lugar do planeta, os bens que deseja adquirir, os serviços e espetáculos que queira desfrutar, e ter os meios para se relacionar com pessoas e ideias de qualquer parte. E, evidentemente, poderia ter acesso a trabalho e emprego sem restrições de origem ou nacionalidade. Infelizmente, não é bem esse o quadro real da mobilidade humana no mundo idealizado pela flexibilização do capital. O documento “*Erga Migrantes Caritas Christi*” (2004), do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes, constata os vários tipos de movimentos de população atuais e os dramas que compõem a vida de milhões de seres humanos:

*... por um lado ou por outro, se confrontam hoje com o irromper do fenômeno das migrações na vida social, econômica, política e religiosa, um fenômeno que, cada vez mais, vai assumindo uma configuração permanente e estrutural. Determinado, muitas vezes, pela livre decisão das pessoas e motivado, com frequência, também por objetivos culturais, técnicos e científicos, além daqueles econômicos, esse é na maioria dos casos sinal eloquente dos desequilíbrios sociais, econômicos e demográficos, tanto a nível regional como mundial, que impulsionam a emigrar. Este fenômeno se enraíza também no nacionalismo exasperado, e em muitos países até mesmo no ódio ou na marginalização sistemática ou violenta das populações minoritárias ou dos fiéis de religiões não majoritárias, nos conflitos civis, políticos, étnicos e até religiosos que ensanguentam todos os continentes. Estas situações críticas alimentam fluxos crescentes também de refugiados e de prófugos, frequentemente misturados com aqueles migratórios, envolvendo sociedades onde, no seu interno, etnias, povos, línguas e culturas se encontram, porém com o risco de contraposição e de choques. (par. 1)*

Nesse parágrafo, vê-se como confluem no mesmo cenário várias problemáticas referentes a pessoas em situação de mobilidade. São



migrantes, legalizados ou não, que se deslocam sob o impulso da nova ordem econômica mundial; outros, que são levados por situações de catástrofe natural, por perseguição política, religiosa ou étnica; outros, cooptados pelas várias filiais do tráfico internacional de seres humanos; outros, porque trabalham e vivem do fluxo internacional de serviços e mercadorias, na expansão do turismo ou das rotas de transporte internacional. O fenômeno da mobilidade humana vai “assumindo uma configuração permanente e estrutural”, apresentando-se como uma face eloquente da civilização atual e de suas relações humanas. A Igreja, desde o final do século XIX, vem procurando reagir de várias formas, assumindo muitas vezes a vanguarda no acompanhamento social e pastoral dos migrantes.

O esforço da Igreja em dar respostas adequadas a essa nova configuração do mundo atual encontrou seu grande impulso por ocasião do Concílio Vaticano II.<sup>2</sup> De tal maneira que o Papa Paulo VI, no *Motu proprio* “*Pastoralis Migratorum Cura*”, em 1969, formulou o que seria um conceito pastoral de migrante, como chave jurídico-teológica para legitimar todo um arco de instituições e iniciativas pastorais voltadas para pessoas envolvidas em situações de mobilidade:

*A Igreja se preocupa, com materna solícitude, de prestar-lhes uma oportuna assistência pastoral. É precisamente deste ponto de vista pastoral que se trata agora, que no conceito de migrantes estão compreendidos todos aqueles que, por qualquer motivo, vivem fora da pátria ou da própria comunidade étnica, e necessitam verdadeiramente de uma assistência particular.*<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Desde o final do século XIX, através de figuras como o Beato João Batista Scalabrini e Santa Francisca Cabrini, de um conjunto de obras voltadas para os migrantes, além de organismos e normativas de todos os tipos criados em vários países e em nível de Santa Sé, foi se formando um corpo de referências pastorais, canônicas e doutrinárias que veio dar sustentação a uma Pastoral da Mobilidade Humana. O primeiro documento da Santa Sé a sistematizar essa experiência, foi a *Exsul familia* (1953) de Pio XII, mas foi o clima de abertura pastoral para o mundo moderno criado pelo Concílio Vaticano II que criou as condições para uma verdadeira expansão e sistematização do cuidado pastoral junto às pessoas em situação de mobilidade.

<sup>3</sup> Paulo VI, *Motu proprio* “*Pastoralis Migratorum Cura*”. A assistência pastoral dos emigrantes, 1969. In Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Pastoral das Migrações*, 1983, p. 13-14.



A Igreja se mostrava assim sensível a todo aquele que se encontrava em situação de deslocamento, em relação à sua pátria e etnia, e logo, em relação ao modo convencional de acompanhamento pastoral pela Igreja. A partir de então, ao lado de um enorme crescimento do fenômeno da mobilidade humana em todo mundo, multiplicaram-se os grupos, instituições, iniciativas pastorais, que buscavam dar resposta aos desafios apresentados por essa nova realidade. Nesse sentido, houve uma estruturação de serviços em nível de dioceses e conferências episcopais, que encontraram sua principal referência em nível de Santa Sé no Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes, instituído em 1988. Atualmente, o Pontifício Conselho organiza-se em oito setores: Migrantes; Refugiados e Deslocados Internos; Estudantes Internacionais; Turismo, Peregrinações, Santuários; Gente do Mar; Aviação Civil; Nômade; Circenses; Apostolado da Estrada.<sup>4</sup> Em cada país e diocese, prevê-se que haja comissões e grupos organizados para encaminhar esse tipo de atendimento conforme a realidade local, sendo que a especificidade de certas etnias (nômades) ou categorias profissionais (gente do mar), ou ainda situações de precariedade humana (refugiados ou tráfico de seres humanos), demandam a ação de estruturas e entidades preparadas especialmente para acompanhá-las. Desdobra-se assim uma problemática de múltiplas faces, a pedir novas respostas, com todas as complexas questões sócio-políticas que emergem da alteridade dos migrantes e refugiados, seja no plano político do Estado-Nação, seja no religioso e sacramental, haja vista que, apesar de toda a caminhada eclesial feita, muitas estruturas diocesanas ainda não sabem ou não estão sensibilizadas em relação ao drama do deslocamento vivido por essas populações.

No Brasil, o atendimento pastoral aos migrantes teve sua primeira grande experiência no final do século XIX e primórdios do século XX, com a implantação de missões voltadas para o atendimento sacramental e a organização comunitária de imigrantes.<sup>5</sup> Nos anos 1960, à época de

<sup>4</sup> Pode-se consultar sobre a atuação do Pontifício Conselho através da sua página hospedada no site da Santa Sé, no seguinte endereço: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/migrants/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/index_po.htm)>.

<sup>5</sup> Cite-se aqui, a título de exemplo, a obra missionária dos Missionários e Missionárias de São Carlos (Scalabrinianos), que se destacaram, até meados do século XX, no acompanhamento dos imigrantes italianos em regiões como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.



realização do Concílio Vaticano II, não havia qualquer indício de que novas levas de imigrantes estivessem chegando ao país, e nesse sentido não se fez nenhum avanço significativo em termos de atendimento pastoral aos imigrantes. Havia, porém, um incômodo crescente com a constatação da existência de uma enorme transformação social advinda das grandes levas de migração interna que atravessavam o país, em particular em direção aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, por um lado, e para a fronteira agrícola que se expandia na Amazônia. Nesse período, a questão social levantada pelos migrantes internos começou a ser associada a outros graves problemas nacionais, como a questão agrária, a urbanização selvagem, a questão da moradia, da exploração dos trabalhadores no campo e na cidade, entre outros. No contexto da renovação da Igreja latino-americana no sentido da opção pelos pobres, houve um despertar para a realidade vivida pelo povo brasileiro, com a emergência das CEBs, das Pastorais Populares e da Teologia da Libertação, em sintonia com o que ocorria no restante continente, e que se refletiu no Brasil também numa forma original de se entender e praticar a pastoral dos migrantes. A situação de deslocamento e desenraizamento vivida pelos pobres e migrantes nos centros urbanos e na nova realidade rural do país, foi percebida como uma dimensão a mais na missão evangelizadora da Igreja, que buscava resgatar o protagonismo das classes populares na Igreja e na sociedade. O surgimento do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entidade ligada às Pastorais Sociais da CNBB, em 1985, é o acontecimento mais significativo dessa modalidade de trabalho pastoral voltada para os migrantes.

Pode-se dizer que essa experiência marcou de maneira decisiva a ação pastoral dos migrantes, tal como se organiza e se desenvolve no Brasil, com repercussões no acompanhamento dos migrantes internos nas cidades, dos migrantes temporários rurais, dos imigrantes hispano-americanos e em muitas CEBs e movimentos populares difundidos pelo país. Essa repercussão é perceptível em outras pastorais que se reportam à mobilidade humana, mas possuem autonomia em relação ao SPM, como os nômades e pescadores. No entanto, a ampliação e a diversificação do fenômeno da mobilidade humana têm pedido também uma resposta mais diversificada: a grande emigração de brasileiros para os Estados Unidos,



o Japão e a Europa; a realidade crescente dos marítimos nas cidades portuárias do país; o acompanhamento de categorias específicas como os caminhoneiros, circenses e parquistas; a questão do trabalho escravo e do tráfico de seres humanos; toda a questão do acompanhamento religioso de outras comunidades nacionais e étnicas em território brasileiro. Na última Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Aparecida (2007), a Igreja demonstrou de maneira inequívoca sua sensibilidade em relação a esta nova configuração da mobilidade humana, seja pela sua relevância para os povos do continente, seja pelo seu significado para a ação evangelizadora nos próximos anos.<sup>6</sup> Na medida em que o Brasil se insere neste novo ordenamento mundial do capitalismo, sob a égide da globalização, em que se diversificam os fluxos de pessoas e ganham em complexidade suas formas de relação social e cultural, a sociedade como um todo é chamada a repensar seus padrões de relação social e política. Inevitavelmente, a Igreja, imersa nesta realidade, é impactada por esse fenômeno como todas as outras instituições sociais. Ela é chamada a tomar consciência sobre suas implicações em sua tarefa evangelizadora e em suas formas de organização eclesial.

### Implicações sobre o modo de ser Igreja e seu agir pastoral

Tentaremos aqui levantar alguns pontos de reflexão sobre como se desdobram na ação pastoral e na vivência eclesial as implicações de uma nova configuração social produzida pela realidade multifacetada da mobilidade humana. Não só a Igreja como instituição e como comunidade de fé é interpelada por esta realidade em mutação, marcada por injustiças, preconceitos e perplexidades de toda ordem, mas também existe uma percepção crescente de que no seu plano interno igualmente acontecem transformações significativas. A Igreja testemunha uma incorporação crescente de pessoas e grupos marcados pela mobilidade atual, submetidos a uma infinidade de intercâmbios sociais, trazendo uma série de novos condicionamentos de valores culturais. Num mundo e numa Igreja em que convivem, no mesmo espaço, ambientes heterogêneos, associados a assimetrias sociais e culturais de diversas ordens, somos

<sup>6</sup> Cf. Documento de Aparecida, par. 411 a 416. Porém, ao longo de todo o texto, inúmeras vezes a questão da mobilidade é mencionada.



chamados a refazer uma agenda que contribua a viabilizar diferentes e alternativos modos de diálogo, e possam convergir na ação pastoral, para a convivência em uma mesma Igreja.

## 1 Ação Política

Sabendo que todas as sociedades possuem suas relações sociais mais triviais reguladas sob a égide do Estado-Nação, em que a instituição da “nacionalidade” orienta quem tem e como devem ser outorgados todos os direitos, e mais do que isso, coloca em questão a própria identidade social dos indivíduos, ao reportar-se sempre a uma nação de origem – com esse pressuposto, não há como não considerar a mobilidade como uma questão intrinsecamente política. De fato, toda pessoa submetida à mobilidade humana, o migrante em geral<sup>7</sup>, desvela para a sociedade em que se insere, a contingência e a arbitrariedade das instituições que emanam do Estado-Nação: a territorialidade, a língua, os símbolos pátrios, o arcabouço de leis, o poder policial e militar, as fronteiras etc. Não é por menos que em todos os movimentos sociais que lutam pelos direitos fundamentais dos migrantes, seja muito corrente, quando se denunciam as perseguições e a repressão aos migrantes, a argumentação de que ele está sendo criminalizado unicamente por que se deslocou territorialmente, atravessou fronteiras, em busca de trabalho. Todo migrante vive então numa condição de deslocamento, de contraste com a sociedade nacional, quer tenha consciência disso ou não, sendo percebido sempre como um problema social e político.

Assim, a primeira problemática com que se defrontam as instituições sociais que defendem ou incorporam os migrantes (e a Igreja, não menos do que qualquer outra) é a defesa de seus direitos e a conscientização sobre sua cidadania. Tanto mais que, estando deslocados e, por princípio “sem direito a ter direitos”, a não ser aqueles outorgados pelo Estado, essas pessoas vivem constantemente numa situação de clandestinidade e invisibilidade social. Como “estrangeiros”, eles mesmos se excluem, porque eles também trazem uma consciência aguda de que estão fora de seu lugar, de seu país, e de que sua identidade social e cultural

<sup>7</sup> Visando unicamente facilitar o desenvolvimento da argumentação, chamaremos todos os casos de pessoas submetidas à mobilidade humana de “migrantes”.



é estranha ao ambiente em que trabalham e vivem. Esse estranhamento vivido cotidianamente os leva a uma expectativa permanente de retorno ao seu lugar de origem, que possibilite eliminar essa experiência de deslocamento. Vivendo, portanto, numa desconfiança constante diante de todas as instituições nacionais, acabam criando um frágil laço de confiança com entidades que, como aquelas ligadas à Igreja, se propõem a acolhê-los antes como seres humanos do que como estrangeiros provindos de outra nação. De tal forma que, invariavelmente, uma das primeiras tarefas que uma pastoral do migrante se vê obrigada a adotar, é o apoio na busca de sua legalização ou na defesa de seus direitos sociais.

Podemos então dizer que uma dimensão inescapável de toda pastoral que se interesse pelos migrantes é uma ação política nos seus termos mais elementares: a defesa dos direitos fundamentais de qualquer pessoa humana. Porém, para além desse serviço, no abrigo das dependências das Igrejas, os migrantes buscam espaços em que já possam exercer experiências de cidadania verdadeira, no seu sentido mais genuíno. Nos diversos grupos de convivência e de resgate de suas expressões culturais, todos os migrantes buscam, além da oportunidade de uma organização associativa autônoma, o espaço que possa restituir a expressão de seus valores culturais e religiosos. Na medida em que essas organizações e comunidades se firmam e tomam corpo, saindo desses espaços, ganhando visibilidade, elas se tornam também verdadeiros atores sociais. É uma função pastoral que a Igreja também é chamada a exercer: ser a porta de entrada dos migrantes no espaço público nacional. A questão que fica, porém, é o modo como se dá a relação entre tais organizações de cunho cultural e político, e a formação da comunidade de fé. Em que medida tais associações podem reverter numa verdadeira experiência de formação de Igreja? Como se dão as mediações entre a prática da fé, as devoções populares da origem dos migrantes e sua inserção social e política? Como poderia dar-se a inserção na comunidade de fé sob essas condições de deslocamento na migração, e de instabilidade de seus referenciais culturais e religiosos? São todas questões que complexificam o tema da inculturação.



## 2 Inculturação da Fé

O reconhecimento social buscado pelos migrantes passa geralmente pela organização de associações culturais e por suas práticas religiosas. Temos aí, em germe, uma prática de cidadania, como prática de afirmação social e cultural, de busca de respeito e reconhecimento pela sociedade em que se inserem, de consciência e exercício de direitos. Assim, as práticas culturais e religiosas dos migrantes, sendo mescla de elementos de várias origens, deslocadas como são seus próprios referenciais sociais, são o meio pelo qual reformulam sua própria identidade social, cultural e religiosa. A linguagem da fé da Igreja deve aprender a compreender por dentro o modo como os migrantes reconstróem sua identidade, a partir de sua condição social, se ela visa entrar em diálogo com o íntimo da experiência de vida dos migrantes. Na verdade, tal diálogo acontece na “brecha” da vivência de pessoas que de alguma forma já perderam sua experiência de origem, sem estar (e muitas vezes não desejam estar) completamente assimiladas à comunidade em que se inserem. Tal tarefa se torna muito mais complexa, quando consideramos que pessoas e grupos em constante mobilidade, passando e vivendo por vários locais e situações, alternando a participação em ambientes os mais díspares, reconstróem permanentemente o conjunto de seus referenciais culturais e religiosos. Como inculturar a fé em grupos e situações em permanente mobilidade, vivendo na provisóriedade e tendo a imprevisibilidade por futuro? Como exercer uma ação de mediação entre a fé da Igreja, na sua estabilidade canônica, e o mundo de vida de pessoas e grupos em constante mobilidade social e cultural?

O exercício da mediação entre a fé da Igreja e o mundo dos migrantes traz à baila de modo completamente novo a questão da inculturação e da missão da Igreja na sociedade multicultural, oriunda da globalização do capital. Se as fronteiras entre os Estados-Nação se relativizam, se o avanço do capital internacional não deixou nenhum recanto do globo terrestre indevassado, também a missão da Igreja é chamada a repensar seus referenciais nesse novo contexto. Hoje, numa sociedade em mobilidade e de fronteiras territoriais flexíveis, surgem outras fronteiras de ordem institucional e cultural mais complexa de discernir, em que se cruzam



e se interpõem valores, grupos e espaços de diversificada conotação cultural, desafiando a ação pastoral da Igreja e sua identidade. É nesse sentido que se aponta para a necessidade de uma missão “*inter gentes*”, na medida em que os destinatários e os interlocutores da missão, não se encontram mais além fronteiras (na medida em que todas as fronteiras foram vencidas pelo progresso da informática e dos transportes), mas ao nosso lado, e no entanto, distanciados por outras barreiras de ordem social e cultural. Na medida em que, não só na sociedade em geral, mas também na Igreja e, sobretudo, no seu espaço interno, existe uma multiplicidade cultural e social, que se expressa também numa pluralidade de expressões e formas de formular sua identidade católica, a questão das “fronteiras” da pastoral se coloca da maneira mais urgente. Mais do que nunca é na questão das formas de mediação, que permitam uma linguagem comum num contexto tão diversificado, que o fenômeno da mobilidade interpela a Igreja, no que diz respeito às suas estruturas e seus agentes de pastoral.

### 3 As estruturas eclesiais e a catolicidade

Os dilemas atualmente colocados pelo fenômeno da mobilidade humana para a estruturação da pastoral da Igreja foram expressos de maneira transparente pela “*Erga Migrantes Caritas Christi*”. Em sua quarta parte, tratando das “Estruturas da Pastoral Missionária”, em dois parágrafos dedicados a expor o que o documento denomina, de maneira sugestiva, como “problemática: unidade na diversidade”, esses dilemas estão explícitos da seguinte forma:

*O caráter planetário que atualmente tem o fenômeno da mobilidade humana comporta certamente a superação, a longo prazo, de uma pastoral geralmente mono-étnica que até agora tem caracterizado tanto as Capelarias/Missões estrangeiras, como as paróquias territoriais dos países de acolhida, e isso em vista de uma pastoral realizada sobre o diálogo e sobre uma constante e mútua colaboração (...) Hoje, porém, esta solução não deveria mais constituir a fórmula quase exclusiva de intervenção pastoral para a coletividade imigrante, que se encontra em diferentes níveis de integração no País de acolhida. Isto significa que é necessário pensar em novas estruturas que, de uma parte, resultem mais “estáveis”, com uma configuração jurídica consequente nas*



*Igrejas particulares e, de outra, permaneçam flexíveis e abertas a uma imigração móvel ou temporária. Não é coisa fácil, mas parece ser este o desafio do futuro. (90)*

Um documento da Santa Sé, tão cioso da estabilidade de todas as instituições eclesiais, reconhece a grande problemática de se fazer uma pastoral a partir de referenciais canônicos, claros e estáveis, no respeito da Tradição eclesial, e em diálogo com uma realidade marcada pela mobilidade, pela precariedade de todos os referenciais culturais, e pela provisoriedade das condições de vida dos migrantes. O que “não é coisa fácil” é buscar, ao mesmo tempo, uma maior estabilidade dos referenciais normativos da pastoral, e a flexibilidade necessária para estar disponível e em diálogo com a vida desgarrada de pessoas submetidas à imprevisibilidade de um mundo em permanente deslocamento. Na estruturação do Pontifício Conselho já se percebe a tentativa de buscar essa flexibilidade, ao mesmo tempo em que seus documentos insistem numa “pastoral de comunhão” como caminho para evitar uma possível dispersão das pastorais da mobilidade humana. No Brasil, no âmbito da CNBB, percebe-se a diversidade dessas pastorais no próprio modo como elas se distribuem no organograma da instituição. Existem pastorais que se organizam como organismos e outras como estruturas flexíveis de articulação; umas se colocam na dimensão missionária (Brasileiros no Exterior), outras nas pastorais sociais (SPM); certos grupos são acompanhados pela Cáritas (refugiados), outros possuem uma institucionalização completamente autônoma (marítimos). Trata-se de um grande potencial de mobilização, mas também representa um desafio poder assegurar a unidade de ação referindo-se a uma mesma Igreja. Que formas de mediação seriam necessárias para conciliar a estabilidade e canonicidade da Igreja com a necessária flexibilidade da pastoral? Ou garantir a unidade, no respeito à necessária autonomia de entidades, grupos e iniciativas que exercem o “pastoreio” junto aos migrantes?

Existe, portanto, a exigência de uma real “transversalidade” entre todas as pastorais, que passa pelo exercício de formas diversas de mediação, relativizando os limites que toda estrutura institucional impõe, a fim de garantir a permeabilidade necessária para frequentar



e permitir o diálogo entre vários atores eclesiais conjunta e simultaneamente. Desse modo vemos que, mais do que as próprias estruturas da Igreja, e de seus vários organismos, entidades, grupos e pastorais, o que se precisa é de “agentes de pastorais” flexíveis, que relativizem as suas muitas formas de afiliação identitária, sejam elas quais forem, a fim de se garantir um âmbito comum de diálogo. A tarefa para a Igreja, na busca de construir novas formas de mediação, alargando e diversificando o espaço da comunhão, seria proporcionar uma nova mentalidade que possa repensar a própria catolicidade da Igreja. Pois, se no princípio da catolicidade, se entende que em cada comunidade local se realiza toda a Igreja de Cristo, na medida mesma em que se reconhece unida e constituída por todas as comunidades eclesiais numa mesma “comunhão eclesial”, então em cada pequeno grupo de migrantes pode existir a presença e a ação de toda a Igreja, na medida que em que uma rede de mediações lhe dê sustentação, atravessando e sendo atravessada por agentes, nos mais diferentes âmbitos, da mesma Igreja Católica. Esta mentalidade, que ainda resta a ser formada, despojada e compassiva, pode ser a base para estruturas estáveis, mas flexíveis, que a Igreja espera alcançar.

### Considerações finais

O fenômeno da mobilidade humana, que atravessa o globo terrestre, e o novo perfil de ser humano que dele emerge, são alguns dos traços mais característicos da nova época que se desenha à ação evangelizadora da Igreja. Nela, a Igreja não é só chamada a colocar em prática “novos métodos e um novo ardor missionário”, mas também a repensar o modo como se constitui por meio desta prática, em meio aos dilemas vividos na organização de suas estruturas e na formação de seus agentes, sejam eles leigos, religiosos ou ministros ordenados. Na relação com a alteridade representada pelo migrante, face mais visível da humanidade cambiante em que vivemos, diante da qual cada agente de pastoral e cada grupo organizado estão chamados a prestar solidariedade e acolher na comunidade de fé, pode estar em jogo a própria identidade da ação pastoral da Igreja. Sob a ação do Espírito, assumindo os discípulos de Cristo a



coragem de levar “nossos navios mar adentro” (Dap 551), esse encontro pode se tornar realmente um novo tempo de graça para a Igreja.

## Referências

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas/Paulus, 2008.

DORNELAS, S. M. Questões teológico-pastorais sobre a Hospitalidade aos Migrantes. *Travessia – revista do migrante*, São Paulo, ano XX, n. 57, p. 14-19, jan-abr/2007.

DORNELAS, S. M. *Pastoral do Migrante: Relações e mediações*. São Paulo: Loyola/CEM, 2008.

PAULO VI. Motu proprio *Pastoralis Migratorum Cura*. A assistência pastoral dos emigrantes, 1969. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *A Pastoral das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 1983.

PIO XII. *Exsul Família*. Constituição Apostólica sobre os cuidados espirituais aos emigrantes, 1953. São Paulo: 1955.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. *Erga migrantes Caritas Christi*. Instrução A Caridade de Cristo para com os Migrantes. 2004. São Paulo: Paulinas, 2004 (também em: *People on the move*, ano XXXVI, n. 95, [ago]2004). Também pode ser obtida em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/migrants/documents/rc\\_pc\\_migrants\\_doc\\_20040514\\_erga-migrantes-caritas-christi\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html)>.

### *Endereço do Autor:*

Paróquia Bom Jesus dos Migrantes  
Quadra 04 – Área Especial 02  
Caixa Postal 7552  
CEP 73001-970 Sobradinho, DF